

Calualane Cosme Vasconcelos

<http://lattes.cnpq.br/4613923024873992>

Faculdade Ari de Sá, FAS, Brasil

Contato: calualane@gmail.com

Isadora Madureiro Martins

Faculdade Ari de Sá, FAS, Brasil

Dra. Ana Paula Lima Barbosa

<http://lattes.cnpq.br/3123223405364312>

Faculdade Ari de Sá, FAS, Brasil

MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO COMUNITÁRIA: AVALIAÇÃO DE UMA EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO NA FORMAÇÃO EM DIREITO

INTRODUÇÃO

Este trabalho relata a experiência formativa de estudantes do terceiro semestre do curso de Direito de uma instituição de ensino privada de Fortaleza sobre os métodos consensuais de resolução de conflitos, numa experiência de ensino e de prática extensionista.

A matriz curricular do curso em comento observa a determinação da Resolução nº 7/2018, do Conselho Nacional de Educação, que prevê a carga horária dos cursos para as atividades de extensão. Além da extensão viabilizada no âmbito de disciplinas, o curso de Direito atribui carga horária de extensão aos Projetos Integradores e aos projetos de extensão desenvolvidos pelos docentes do curso, mediante Edital propostos anualmente, pela Coordenação de Iniciação Científica, Monitoria e Extensão (CIME) da Faculdade Ari de Sá.

A experiência extensionista ora investigada foi desenvolvida na disciplina de Mediação, Conciliação e Arbitragem, que tem carga horária de 40h e foi planejada de modo a realizar alinhamentos teóricos em sua primeira parte. Posteriormente, os estudantes foram divididos em cinco grupos e, através de seminários temáticos sobre a Teoria dos Jogos, Teoria do Conflito, Teoria da Negociação, Mediação e Conciliação e Arbitragem – foram orientados pela docente e realizaram estudos em profundidade e apresentações com uso de recursos audiovisuais, jogos, dinâmicas – para garantir a aprendizagem significativa de todos os estudantes.

Em seguida, deu-se início à elaboração de um Minicurso de Formação sobre Mediação Comunitária destinado a líderes comunitários. A turma foi dividida novamente em grupos para desenvolverem as seguintes atividades relativas ao Minicurso: i) planejamento, ii) execução, iii) apoio e iv) avaliação. O grupo de planejamento ficou responsável pelo Plano de Curso, delineando os objetivos, conteúdos, metodologia, avaliação e bibliografia básica, na qual foi implementada efetivamente pelo segundo grupo (de execução) com ajuda do grupo de apoio, que prestou suporte no desenvolvimento da atividade. Por fim, o último grupo se encarregou de coletar opiniões, expectativas e experiências dos participantes, a fim de avaliar o alcance dos objetivos da Formação em Mediação para líderes comunitários.

OBJETIVO

O presente trabalho se propôs a avaliar a experiência formativa dos estudantes do terceiro semestre do curso de Direito de uma instituição privada, que cursaram a disciplina de Conciliação, Mediação e Arbitragem em 2023.1, dando ênfase ao processo de significação da prática extensiva, a partir do ponto de vista dos discentes protagonistas da atividade.

METODOLOGIA

O presente estudo assume uma abordagem qualitativa, uma vez que busca compreender, de maneira aprofundada, os impactos da experiência formativa de estudantes do terceiro semestre do curso de Direito de uma instituição de ensino privada de Fortaleza em suas trajetórias acadêmicas, explorando as experiências e a aprendizagem dos estudantes.

O estudo é ainda descritivo, dado que, de acordo com Silva e Menezes (2000), essa finalidade metodológica tem a intenção de analisar e de descrever as características de um grupo específico. Ademais, a partir de Mattar (1999 *apud* Lopes

Filho, 2006), cabe ressaltar que, além de caracterizar um grupo, tal modalidade se propõe a determinar a proporção dos elementos encontrados na comunidade, e, também, procura estabelecer relações entre variáveis. Ou seja, neste caso, o grupo a ser caracterizado é a turma de estudantes, que cursaram a disciplina de Conciliação, Mediação e Arbitragem em 2023.1. O presente estudo, portanto, se dispõe a analisar o comportamento desse conjunto quanto à proposta formativa da qual participaram e as potenciais influências dessa experiência na trajetória acadêmica desses estudantes. Conseqüentemente, isso envolveu uma coleta de dados, a fim de identificar essas percepções.

Nesse contexto, foi utilizado como instrumento de coleta de dados, o questionário, ferramenta importante para obtenção de informações, opiniões e percepções dos entrevistados, permitindo uma uniformidade dos materiais (Chaer *et al.*, 2011). O questionário utilizado para colher os dados dos estudantes da turma foi realizado por meio do Google Forms e foi composto por oito perguntas – sendo seis de múltipla escolha e duas dissertativas –, aplicado com trinta alunos do terceiro semestre, cursando a disciplina Mediação, Conciliação e Arbitragem em 2023.1.

Por fim, além dos dados dos questionários, foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre a extensão universitária e sua aplicação nos cursos de direito no Brasil, assim como uma pesquisa documental, considerando o Plano de Curso como documento que revela as intenções e escolhas dos estudantes e da docente na formalização da proposta formativa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A palavra extensão tem por origem o latim *extensio, onis* do verbo latino *extendere*, que significa aumentar, dilatar. Dessa forma, pode-se deduzir que a extensão no âmbito acadêmico tem como foco expandir, espalhar o conhecimento para além da sala de aula. Paulo Freire, em *Extensão ou Comunicação*, já aludia a reflexão sobre o sentido da ação de estender algo a alguém, trazendo a ideia de que

aqueles que têm estendem aos que não tem, aqueles que sabem, estendem aos que não sabem (Nogueira, 2013). Dessa maneira, o conhecimento desenvolvido pelos agentes nos espaços de se fazer ciência se projetaria para fora das instituições de educação superior, acessando a sociedade e, assim, cumprindo sua função social.

A extensão é definida como [...] via de mão-dupla entre a comunidade acadêmica e a sociedade e como oportunidade da elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. Após as práticas de extensão, docentes e discentes acumulam aprendizados que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Este fluxo, ainda estabelece a troca entre os saberes sistematizados e acadêmicos e populares, gerando a produção de conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação das instituições de educação superior (Forproex, 1987).

Nesse contexto, a extensão universitária é o conjunto de atividades que têm uma inter-relação desenvolvida na interface entre a educação superior e a sociedade, mediante processos interdisciplinares, educativos, culturais, científicos e/ou políticos, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre a própria extensão, o ensino e a pesquisa. De acordo Gavira *et al.* (2020), essa interação das instituições de Ensino Superior com a comunidade pode incluir desde a difusão do conhecimento ao estabelecimento de parcerias com a organizações da sociedade civil, envolvimento em debates públicos, transferência de tecnologia, oferta de serviços de saúde, iniciativas artísticas e culturais, entre outros. Exemplo dessa relação foi o Minicurso Resolução de Conflitos para lideranças comunitárias realizado pelos alunos do terceiro semestre do curso de Direito da Faculdade Ari de Sá em parceria com a Rede Mobilize, organização social que desenvolve inúmeras atividades com lideranças comunitárias da região metropolitana de Fortaleza/CE.

Segundo Gavira *et al.* (2020), as ações de extensão representam o avanço da compreensão do papel social que as instituições de educação superior desenvolvem na sociedade contemporânea, assim, como a necessidade de uma postura mais

responsável e comprometida, privilegiando atividades de ensino, pesquisa e extensão que tenham aplicação direta e respondam às necessidades, problemas e demandas da sociedade.

Muitas instituições, entretanto, enfrentam desafios para integrar as atividades extensionistas nas Matrizes Curriculares, principalmente nos Cursos de Graduação em Direito, uma vez que há ainda considerável desconhecimento da natureza das ações de extensão, o que implica na dificuldade dos gestores e docentes desse curso em reconhecerem o indiscutível potencial do Direito para o desenvolvimento de ações de extensão. É preciso, portanto, desenvolver a capacidade de reflexão sobre a atualização da Matriz do Curso, abandonando-se desenhos tradicionais e assumindo ações concretas, tais como as ações de extensão que apresentam forte potencial de engajamento dos estudantes nos contextos em que estão inseridos para que, assim, os cursos sejam capazes de preparar bacharéis com competências e habilidades humanista e críticas, capazes de figurarem como agentes de transformação social. (Dias, 2021).

Considerando-se os dados provenientes de questionário aplicado com os estudantes promotores da ação de extensão relatada, é possível realizar a seguinte análise. Indagados os estudantes sobre a pertinência e adequação da disciplina, 66,7% desses responderam como “muito adequada e satisfatória” e 33,3%, como “adequada e satisfatória”. Nenhum deles considerou negativa a experiência formativa, sugerindo que a disciplina de Conciliação, Mediação e Arbitragem atendeu ou superou as expectativas dos estudantes.

Questionados sobre existência de aprendizagens significativas, a partir dos conteúdos da disciplina – tanto os seminários temáticos, como o minicurso direcionado às lideranças comunitárias, os resultados, também, demonstram uma avaliação positiva do grupo, visto que 43,3% e 56,7% dos entrevistados marcaram “concordo” e “concordo totalmente”, respectivamente. Isso evidencia que a considerável maioria dos estudantes identificou aprendizagens significativas, como consequência dessa formação jurídica.

Por sua vez, sobre a satisfação dos alunos sobre a metodologia dos seminários e Minicurso, em maioria, foi revelado grande contentamento com a abordagem pedagógica utilizada, uma vez que 70% dos respondentes marcaram a nota máxima.

As estratégias de avaliação da disciplina, incluindo a fase dos seminários e das atividades do Minicurso (elaboração de Plano de Curso; execução do Minicurso e avaliação dessa ação) foram consideradas satisfatórias pelos estudantes, uma vez que 66,7% marcaram nota máxima, seguidos de 33,3% que marcaram a pontuação 4.

Os estudantes avaliaram ainda o desempenho da professora da disciplina, com o resultado superior a 70%, demonstrando, dessa forma, que o papel dessa docente parece ter atendido às expectativas dos estudantes e ao cumprimento dos objetivos. Por fim, os estudantes fizeram uma autoavaliação da sua atuação na disciplina, e descreveram como bons e excelentes seus desempenhos, por meio do percentual de 93,3% de aproveitamento.

Os dados acima apresentados revelaram que a ação de extensão destinada aos líderes comunitários, na percepção dos estudantes que a promoveram, foi considerada exitosa, haja vista que revelam a experiência como fonte de aprendizagens conceituais, mas, também as relativas à liderança, trabalho em grupo, organização, adaptação, gestão do tempo e outras. Isso confirma as lições de Dias (2021) sobre as habilidades que as atividades de extensão oportunizam aos estudantes desenvolverem.

CONCLUSÕES

O presente estudo pretendeu relatar a prática extensionista realizada pelos estudantes do terceiro semestre de um curso de Direito, a fim de identificar se a experiência contribuiu com aprendizagens importantes. Nesse sentido, infere-se que o desenvolvimento da atividade tenha contribuído com o desenvolvimento de competências e habilidades previstas no perfil do egresso dos estudantes, para que estes conquistem uma formação humanista e criticamente engajada, capaz de impactar positivamente no contexto social no qual estão inseridos, transformando-o.

REFERÊNCIAS

CHAER, G. *et al.* A técnica do questionário na pesquisa educacional. **Revista Evidência**, v. 7, n. 7, p. 251-266, 2011.

DIAS, R. D. Extensão universitária nos cursos de Graduação em Direito. **Revista Quaestio IURIS**, v. 14, p. 21-39, 2021.

FORPROEX. Conceito de extensão, institucionalização e financiamento. *In*: ENCONTRO DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 1., 1987, Brasília. **Anais** [...]. Brasília: UNB, 1987. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/1987-I-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>. Acesso em: 22 out. 2023.

GAVIRA, M. de O. *et al.* Proposta de um sistema de avaliação da integração ensino e extensão: um guia para universidades públicas brasileiras. **Avaliação**, Campinas, v. 25, n. 02, p. 395-415, 2020.

LOPES FILHO, E. D. **Terceira Idade**: Perfil de uso de cartão de crédito. 2006. 97 f. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

NOGUEIRA, M. D. P. A Construção da Extensão Universitária no Brasil: Trajetória e Desafios. *In*: NOGUEIRA, M. das D. P. (org.). **Avaliação da Extensão Universitária: Práticas e Discussões da Comissão Permanente de Avaliação da Extensão**. 1. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2013. p. 27-50.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2005.